

Municípios

JORNAL DO BRASIL

10 DEZ 1995

sem dinheiro

vão à Justiça

■ Secretário do Tesouro Nacional recebe até ameaças de prisão para liberar FPM

SÍLVIA MUGNATTO

BRÁSILIA — O secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, responsável pela liberação ou bloqueio de verbas no governo, recebe, todo mês, em média três ameaças de prisão no Ministério da Fazenda. Invariavelmente, o mandado de segurança, levado por um oficial de Justiça, determina que Murilo, para escapar das grades, terá de liberar o dinheiro do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de alguma prefeitura do país.

De tão comum, a ameaça de prisão já segue um procedimento de rotina: é enviada à Procuradoria da Fazenda Nacional, que envia ao juiz responsável a explicação de que Murilo só bloqueia o FPM porque assim é obrigado pela lei. E Murilo é esquecido pelo oficial de Justiça até a chegada do mandado seguinte. O FPM é a parte da arrecadação dos impostos federais que vai para os municípios, e equivale a 22,5% do total coletado pela Receita em Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Quando algum município atrasa seus pagamentos com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o Tesouro Nacional bloqueia as cotas do município — que normalmente são liberadas de 10 em 10 dias — até que as dívidas sejam pagas.

A Procuradoria da Fazenda Nacional já contabilizou pelo menos 35 mandados de segurança contra Murilo Portugal este ano. “Estamos amparados na Constituição e na Lei 8.212”, defende um assessor do secretário. Foi esse o argumento usado para defender Murilo da prefeitura de Cornélio Procópio (PR), há duas semanas. Último dos municípios que tentou prender o secretário do Tesouro, Cornélio Procópio,

com 50 mil habitantes, já tem R\$ 100 mil bloqueados no FPM.

“Tentamos o mandado porque há dois meses os funcionários públicos de Cornélio Procópio não recebem salários”, diz o advogado da prefeitura, Aparecido Nogueira da Cunha. “De outras vezes, nós conseguimos parcelar a dívida com o INSS, mas agora ainda não foi possível”, contou Aparecido. Apesar de revelar que a dívida do município com o INSS já anda por volta de R\$ 2 milhões, o advogado fez um apelo: “As pessoas não moram na União ou no estado. Elas moram nos municípios. Estamos em estado quase que de emergência.”

O desespero dos municípios leva algumas prefeituras a apelarem para o jeitinho, na tentativa de levar na conversa o secretário do Tesouro. “Tem prefeitos que ligam para explicar que o problema foi criado no governo do prefeito anterior, como se a prefeitura não fosse a mesma”, comenta um assessor de Portugal. Este ano, foi difícil explicar para os prefeitos porque o FPM começou a cair nos meses seguintes a junho, quando Receita registrou uma arrecadação recorde de R\$ 8 bilhões. “Não adianta explicar que parcela dos municípios foi reduzida porque a receita caiu. Eles acham que nós estamos escondendo o dinheiro”, contou um técnico.

Alguns prefeitos, segundo os técnicos do Tesouro Nacional, até entendem que o FPM varia de acordo com a arrecadação global, mas não entendem porque a cota não sobe tanto quanto em outros anos. Este ano, o crescimento real — acima da inflação — do FPM foi de 25%, mas os prefeitos continuam reclamando.